



NOTAS EXPLICATIVAS

1 - DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis do Estado do Amazonas foram extraídas do Sistema de Administração Financeira Integrada (AFI) e compõem a Prestação de Contas do Estado, que é integrada pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.

A partir de 2014, os registros contábeis dos atos e fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio do Estado passou a ser demonstrado também com base em um novo Plano de Contas, estruturado em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). As demonstrações contábeis do Estado, por sua vez, também foram atualizadas a partir dos novos modelos estabelecidos no referido Manual.

2 - INFORMAÇÕES DE SUPORTE E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Dentre os novos critérios e procedimentos contábeis adotados neste exercício, destacam-se como mais significativos:

2.1 - inscrição de restos a pagar não processados tão somente em contas das classes de Controle da Aprovação e Execução do Orçamento, em virtude da não ocorrência do fato gerador. O saldo preexistente no Passivo Circulante foi transferido à conta de Resultados Acumulados, a título de ajustes de exercícios anteriores. Entretanto, o referido saldo continua integrando o Passivo Financeiro, apresentado em quadro destacado no Balanço Patrimonial;



2.2 - registro em contas de controle, de natureza não patrimonial, de valores relacionados a atos e fatos que possam afetar o patrimônio do Estado. Tais valores constam evidenciados no Balanço Patrimonial, no quadro das Compensações.

3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 - Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a Lei n.º 4.320/1964, a Lei Complementar n.º 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16).

3.2 - Balanço Orçamentário

Em relação ao Balanço Orçamentário, podemos destacar os seguintes pontos

- a. As receitas e despesas intraorçamentárias totalizaram R\$ 443.857.758,10 e R\$ 464.989.852,69, respectivamente.
- b. A utilização do superávit financeiro da ordem de R\$ 802,7 milhões permitiu o equilíbrio orçamentário na execução do exercício, influenciando positivamente na execução orçamentária. Os valores empenhados estão discriminados no quadro a seguir:





DESPESAS EMPENHADAS COM FONTES DE SUPERÁVIT

ITEM	2015	2014
Ordinários	245.697.314,33	284.023.845,59
Vinculados	321.839.459,04	519.750.590,86
RPPS	12.981.056,75	9.985.719,86
EDUCAÇÃO	14.473.721,36	34.854.963,49
SAÚDE	76.182.763,05	81.466.895,51
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	119.331.702,02	252.017.390,77
CONVÊNIO	90.106.904,79	119.692.957,37
OUTRAS VINCULAÇÕES	8.763.311,07	21.732.663,86
TOTAL	567.536.773,37	803.774.436,45

- c. O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados é a transferência do saldo no final do exercício para restos a pagar processados;

3.3- Balanço Financeiro

Em relação ao Balanço Financeiro, destaca-se a apresentação das receitas e despesas orçamentárias de acordo com as fontes de recurso, se ordinárias ou vinculadas.

3.4 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresentado neste documento evidencia a situação patrimonial do Estado em 31 de dezembro de 2015. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do período, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os saldos dos atos potenciais ativos e passivos e o superávit ou déficit financeiro.

Em relação ao ano anterior, em virtude da implantação da NBCASP, a fim de melhor evidenciar os fatos, foram efetivadas as seguintes reclassificações:

- a) Os **investimentos e aplicações temporárias a curto prazo** da Fundação Amazonprev



passaram a ser contabilizados e demonstrados em grupo com o mesmo nome. Em 2014 foram demonstrados como **Caixa e Equivalentes de Caixa**.

b) Os parcelamentos de INSS e PASEP que no ano de 2014 foram registrados e demonstrados no Balanço Patrimonial como **Obrigações fiscais a longo prazo**, em 2015 foram contabilizados como Encargos Sociais A Pagar-Inter Ofss – União e demonstrados no Balanço Patrimonial no grupo **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagas A Longo Prazo**.

No Balanço Patrimonial destacamos:

3.4.1 - Créditos Tributários a Receber: R\$ 467.580.276,15, sendo R\$ 320.577.492,19 de Curto Prazo e R\$ 147.002.783,96 de Longo Prazo

Os créditos tributários por competência e as demais transações sem contraprestação (transferências e multas) encontram-se disciplinados na IPSAS 23 – Receita de Transações sem Contraprestação: Impostos e Transferências (Revenue from Non-exchange Transactions – Taxes and Transfers). Os demais créditos encontram-se, principalmente, na IPSAS 9 – Receita de Transações com Contraprestação (Revenue from Exchange Transactions). Quanto às NBCTSP, não há uma norma específica que trate do assunto, embora tragam algumas regras acerca do registro de créditos de entidades do setor público na NBC T 16.10 e dos registros de ativos e passivos (NBC T 16.2 e 16.6).

Em observância ao regime de competência, no encerramento do exercício de 2015 foram incorporados os créditos a receber do ICMS, IPVA e ITCMD dos valores lançados e não pagos em 2015 que ainda não se encontram em dívida ativa. Foi também atualizado o estoque de créditos a receber dos impostos lançados e não pagos em 2014.

Os valores atualizados do estoque do ano de 2014 foram lançados como longo prazo e os de 2015 no curto prazo. Os valores foram extraídos do relatório consolidado de inadimplência do sistema EXTRA – RGER/GDEFB19C, adotando-se o reconhecimento pelo procedimento periódico, ou seja, o saldo final.

Em consonância ao princípio de prudência, não foram consideradas como a receber as situações de mandado de segurança e refazimento. Entretanto, foram reconhecidas como



inadimplência as situações de débitos em aberto, as situações em processo, os pré-parcelamentos, as situações de recurso, pré-auto de infração, parcelamento do simples RFB e pré-dívida ativa.

Não foi possível contabilizar as perdas estimadas em virtude de ainda não haver dados suficientes para cálculo da metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, pois o reconhecimento dos impostos a receber só foi iniciado no ano de 2014, ou seja, menos que 3 anos, tempo mínimo para estimar a média de recebimento conforme o MCASP.

É bom salientar que conforme o PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS, Anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015 a implantação efetiva desses reconhecimentos só deverá ser adotada a partir do ano de 2020.

Para fins de apuração dos valores a receber para os impostos de ICMS, IPVA e ITCMD, foram consideradas as seguintes situações, como segue no quadro abaixo:

ICMS

DESCRIÇÃO	2015 - CP	2014 - LP
DEBITOS EM ABERTO	152.152.496,34	69.413.797,77
PROCESSO	33.156.126,71	20.169.644,26
PRE-PARCELAMENTO	94.141,04	10.556,01
PRE-AUTO DE INFRAÇÃO	25.986,36	28.019,83
PARCELAMENTO SIMPLES RFB		12.303,37
PRE-DÍVIDA ATIVA	7.024.469,66	27.925,49
TOTAL	192.453.220,11	89.662.246,73

IPVA

DESCRIÇÃO	2015	2014 - LP
DEBITOS EM ABERTO	71.203.834,74	42.138.479,73
PROCESSO	3.556,93	3.405,22
PRE-PARCELAMENTO	7.894,79	54.329,89
TOTAL	71.215.286,46	42.196.214,84



ITCMD

DESCRIÇÃO	2015	2014 - LP
DEBITOS EM ABERTO	2.957.050,33	13.983.180,82
PROCESSO		219.915,20
PRE-PARÇELAMENTO	9.272,55	14.880,00
RECURSO		926.346,37
TOTAL	2.966.322,88	15.144.322,39

Dentre os créditos tributários a receber, constam ainda, as contribuições previdenciárias a receber de servidores e patronal nos valores respectivos de **R\$20.151.217,45** e **R\$33.791.445,29**, ambas apuradas pela UG 013301 - AMAZONPREV.

3.4.2 - Dívida Ativa tributária e não tributária: R\$ 3.718.403.981,48

O Estado do Amazonas adota para a dívida ativa o procedimento de registro global periódico. O reconhecimento é avaliado na data de encerramento do balanço, através dos relatórios gerenciais do Departamento de Arrecadação da SEFAZ/AM.

Em virtude das particularidades administrativas e de sistemas de tecnologia da informação, a contabilização é feita de forma centralizada na UG 14102 – SEFAZ – CENTRALIZADORA.

Em conformidade com análise histórica e estatística, por convenção, a fim de retratar a realidade, as inscrições da dívida ativa referentes ao exercício 2015 foram contabilizadas como curto prazo no valor de R\$ 687.264.630,10. Já o saldo remanescente de exercícios anteriores, atualizado, foi representado no longo prazo pelo total de R\$ 3.031.139.351,38.

3.4.3 - Ajustes de Perdas de curto e longo prazo: R\$ 3.636.285.396,30

A Provisão para Perdas da Dívida Ativa é calculada de acordo com a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados prevista nos Procedimentos Contábeis Específicos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Essa metodologia de cálculo da provisão baseou-se em duas variáveis principais:



1. média percentual de recebimentos passados;
2. saldo atualizado de créditos inscritos em Dívida Ativa.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos nos três últimos exercícios. Essa média ponderada de recebimentos é calculada, em cada um dos três últimos exercícios pela divisão da média de recebimentos em cada exercício. Este cálculo resultou numa média de recebimento (ARREC/ESTOQUE) para a dívida ativa tributária de **2,28%** e não tributária de **0,85%**. Salientamos que a metodologia que melhor reflete a situação patrimonial da entidade seria a baseada na avaliação de estoque, porém apresenta maior dificuldade de sua implementação. É bom salientar que apesar do percentual de recebimento ser muito baixo ao longo dos anos, a arrecadação da dívida ativa tributária nesse ano de 2015 representou um aumento de 383% em relação ao ano de 2014, enquanto a arrecadação da dívida ativa não tributária teve um acréscimo de 170% no mesmo período.

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA				
ANO	ESTOQUE	ARRECADAÇÃO	ARREC/ESTOQ (%) de receb.	INSCRIÇÃO
2013	2.049.868.285,10	60.208.883,01	2,94%	411.555.467,82
2014	2.626.547.313,11	22.305.898,37	0,85%	457.417.564,25
2015	3.530.834.322,61	107.905.128,22	3,06%	627.699.008,24
SOMA DO % DO RECEBIMENTO			6,84%	
MÉDIA DOS RECEBIMENTOS dos 3 anos			2,28%	

VALOR TOTAL DA PROVISÃO = ESTOQUE - (ESTOQUE X MÉDIA DO RECEB.)	3.450.301.458,52
--	------------------

APROPRIAÇÃO PARA CURTO E LONGO PRAZO DOS AJUSTES		VALORES
ESTOQUE DA DÍV. ATIVA TRIBUTÁRIA DO ÚLTIMO ANO		3.530.834.322,61
INSCRIÇÃO DA DIV. ATIVA TRIBUTÁRIA DO ÚLTIMO ANO		627.699.008,24
(=) PERC. PARA O AJUSTES NO CURTO PRAZO	INSCRIÇÃO / ESTOQUE	17,78%
PROVISÃO DOS AJUSTES PARA O CURTO PRAZO	TOTAL DA PROV X PERC P/ CURTO	613.382.165,73
PROVISÃO DOS AJUSTES PARA O LONGO PRAZO	TOTAL DA PROV - PROV. DE CURTO	2.836.919.292,79



DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA				
ANO	ESTOQUE	ARRECADAÇÃO	ARREC/ESTOQ (%) de receb.	INSCRIÇÃO
2013	91.989.677,94	1.090.383,39	1,19%	33.572.698,04
2014	115.069.397,43	584.580,79	0,51%	27.068.514,90
2015	187.569.658,87	1.580.939,55	0,84%	59.565.621,86
SOMA DO % DO RECEBIMENTO			2,54%	
MÉDIA DOS RECEBIMENTOS dos 3 anos			0,8454%	

VALOR TOTAL DA PROVISÃO = ESTOQUE - (ESTOQUE X MÉDIA DO RECEB.)	185.983.937,78
--	----------------

APROPRIAÇÃO PARA CURTO E LONGO PRAZO DOS AJUSTES		VALORES
ESTOQUE DA DÍV. ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DO ÚLTIMO ANO		187.569.658,87
INSCRIÇÃO DA DIV. ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DO ÚLTIMO ANO		59.565.621,86
(=) PERC. PARA O AJUSTES NO CURTO PRAZO	INSCRIÇÃO / ESTOQUE	31,76%
PROVISÃO DOS AJUSTES PARA O CURTO PRAZO	TOTAL DA PROV X PERC P/ CURTO	59.062.051,81
PROVISÃO DOS AJUSTES PARA O LONGO PRAZO	TOTAL DA PROV - PROV. DE CURTO	126.921.885,97

3.4.4 – Imobilizado: R\$ 7.723.489.736,04

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

No exercício de 2015 foram incorporadas como obras em andamento as obras de infraestrutura de uso comum do povo, a fim de atender a resolução do CFC 1.137/08, NBC T 16.10, a IPSAS 17/09 alterada pela IPSAs 27 e 21 e o próprio Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, no caso dos bens de infraestrutura. Com a finalização das obras deverão ser feitos os ajustes necessários e a respectiva incorporação como bens de infraestrutura. Essa incorporação visa demonstrar o fornecimento de bens e serviços para a sociedade. A regra geral já estabelecida nos normativos aplicáveis à matéria prevê que bens dessa natureza sejam reconhecidos pelo custo de aquisição ou produção. Estes bens seguem a mesma base utilizada para os demais ativos imobilizados.

O surgimento desses bens é fruto do planejamento e da execução das leis de orçamento público, ou seja, da aplicação de recursos públicos. Sua mensuração inicial observa os



seguintes aspectos: gastos com o planejamento da obra, como pesquisas, estudos de viabilidade, projeto urbanístico, projeto arquitetônico; trabalhos de engenharia, gastos com materiais, além de outros necessários para a composição do bem.

É bom salientar que a mensuração ainda carece de sistemas informatizados de controle, entretanto a contabilidade efetua a incorporação dessas obras em andamento conforme valor registrado na fase de liquidação no sistema AFI.

3.4.5 - Provisões a Longo Prazo: R\$2.019.497.437,60

Compreende os passivos de prazo ou valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo. Representam as provisões matemáticas do RPPS contabilizadas pela Fundação Amazonprev, destacando-se o valor de R\$ 1.583.963.269,39 referentes a provisões de benefícios previdenciários a conceder do Plano Previdenciário.

3.4.6 - Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$ 8.661.099,39

Registra a valorização dos imóveis, resultante das reavaliações efetuadas em imóveis da Fundação Amazonprev, de acordo com os critérios técnicos adotados por engenheiros da Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA. A contabilização foi feita pelo método de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, conforme prevê a Resolução CFC nº 1137/08, aprova a NBC T 16.10, que trata da Avaliação e Mensuração dos Ativos e Passivos em entidades do setor público.

3.4.7 Resultado Acumulado: R\$ 4.178.450.386,69

Conforme a segunda republicação do MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO 6ª Edição, PARTE V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público Aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, válido a partir do exercício de 2015, instituído pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, o Balanço Patrimonial teve no item de Resultados Acumulados uma atualização, sem mais a necessidade de demonstrar os detalhamentos, uma vez que já são demonstrados no anexo 15 e nos



balancetes analíticos.

3.4.8 Ajustes de Exercícios Anteriores Consolidação: R\$ 208.835.365,06

O resultado do Exercício não deve estar influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores, ou seja, deverão transitar pelo balanço de resultados somente os valores que competem ao respectivo período. Portanto, os ajustes de exercícios serão considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Dessa forma, em virtude da mudança de critérios contábeis em consonância com as NBCASP, foram registradas neste item a inscrição de restos a pagar não processados, as liquidações de despesas de exercícios anteriores, o reconhecimento do ativo de adiantamentos de convênios de saída de exercícios anteriores e de suprimentos de fundos de exercício anterior e regularizações contábeis como, por exemplo, incorporações e desincorporações de saldos de exercícios anteriores.

Motivo	Valores (R\$)
Despesas de Exercícios Anteriores	(590.410.673,97)
Reconhecimento do ativo referente a convênios de saída	1.250.755,82
Reconhecimento do ativo referente a suprimento de fundos de anos anteriores	66.692.070,14
Regularizações de exercícios anteriores (regularização de pendências, erros, cancelamentos)	57.532.670,86
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	673.770.542,21
Total	208.835.365,06

3.4.9 - Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro: R\$ 2.278.937.758,64

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro geral no valor de R\$ 3.555.943.920,91 e o passivo financeiro geral de R\$ 1.277.006.162,27. Encontra-se relacionado por destinação de recursos.

3.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais:

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Estado durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido



entre as variações aumentativas e diminutivas.

Salientamos que a DVP não segue a mesma classificação orçamentária da receita e da despesa, portanto, em algumas situações não é possível comparar a execução orçamentária com as VPDs.

3.5.1 - Impostos: R\$ 8.455.535.088,84

Em observância ao regime de competência, no encerramento do exercício de 2015, foram incorporados os créditos a receber do ICMS, IPVA e ITCMD. Esse item corresponde aos valores de impostos arrecadados mais os lançados e não pagos em 2015.

3.5.2 - VPD de Constituição de Provisões: R\$ 3.057.120.093,68

Este item trata, em quase a totalidade, de contabilizações da AMAZONPREV referente à atualização das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, obtida através de avaliação atuarial realizada por empresa terceirizada.

Resultado do Exercício: R\$ - 457.149.172,01

Representa o resultado do confronto entre variações patrimoniais aumentativas e diminutivas apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Destacam-se os valores de ajustes de perda de dívida ativa e provisões matemáticas previdenciárias como grandes influenciadores do valor negativo no resultado.

3.6 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Essa Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.



É importante ressaltar que o item **outros ingressos operacionais** no fluxo de caixa difere dos recebimentos extra orçamentários do balanço financeiro em função das inscrições de restos a pagar constarem neste e não constarem no demonstrativo de fluxo de caixa.

3.6.1 - OUTROS INGRESSOS E DESEMBOLSOS OPERACIONAIS

O valor de outros ingressos operacionais na DFC soma R\$ 8.934.774.690,85, enquanto o valor de outros desembolsos operacionais tem o total de R\$ 9.387.707.860,95. Em sua maior parte referem-se a valores de obrigações restituíveis a curto prazo, tais como, consignações e depósitos de terceiros de diversas origens.

3.6.2 - OUTROS INGRESSOS E DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS

O total de outros ingressos de investimentos na DFC é de R\$ 107.343.043,79, que correspondem a ingressos referentes a outras receitas de capital. Quanto aos outros desembolsos de investimentos, os quais somam R\$ 165.617.489,29, correspondem a desembolsos referentes a outras despesas de capital.

3.7 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

Variações patrimoniais qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. Como exemplo, têm-se a compra de veículo e a contratação de operações de crédito, que são variações patrimoniais qualitativas, pois o que acontece, no primeiro exemplo, é a troca (permuta) de uma obrigação de pagar por veículo e, no segundo exemplo, é a entrada de caixa, advinda do empréstimo. Em contrapartida a um registro de uma obrigação de devolução do empréstimo. Evidente que existem variações que, simultaneamente, alteram a composição qualitativa e quantitativa dos elementos patrimoniais e são conhecidas como variações mistas ou compostas.

Conforme INSTRUÇÕES DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais (Versão publicada em: 23/12/2014) o Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas é de elaboração facultativa, não sendo, portanto, apresentado na DVP. Além disso, até o momento, ainda não foi



padronizado pela Secretaria do Tesouro Nacional nem pelos grupos técnicos da federação os detalhamentos de quais informações deverão ser de fato demonstradas. Contudo, para fins de evidenciação, seguem abaixo as alterações permutativas que julgamos relevantes:

Na incorporação de ativos consideramos as variações dos saldos finais e iniciais dos bens mais as doações, incorporação de bens por comissão de inventário, inservibilidade e as liquidações dos aumentos de capital. **Na desincorporação de passivos** estão as amortizações da dívida. **A incorporação de passivo** engloba as operações de créditos e **a desincorporação de ativos**, as alienações de bens e amortização de empréstimos.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	
Titulos	Exercicio Atual
Incorporação de Ativo	694.211.020,44
Desincorporação de Passivo	389.289.254,66
Incorporação de Passivo	206.513.250,99
Desincorporação de Ativo	300.311,82

4 - CONSOLIDAÇÃO

A consolidação é o processo que ocorre pela soma ou pela agregação de saldos ou grupos de contas, excluídas as transações identificáveis entre entidades incluídas na consolidação, formando uma unidade contábil consolidada. Tem por objetivo o conhecimento e a disponibilização de macroagregados do setor público, a visão global do resultado e a instrumentalização do controle social. Portanto, a consolidação é um processo simétrico e busca evitar a dupla contagem de transações ou saldos entre unidades aumentando, assim, a utilidade dos dados consolidados.

O processo de consolidação é sempre complexo, sendo considerado por muitos como uma ciência imperfeita, uma vez que nem sempre é possível obter informações consolidadas com precisão. Além disso, as ferramentas de coleta de dados e o nível de padronização das contas públicas atuais ainda não permitem a eliminação de todos os saldos e transações intra sem provocar significativas distorções nas demonstrações.



Ademais, o próprio manual de contabilidade aplicada ao setor público, Parte V – demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, reconhece que: *“para garantir uma correta consolidação, é importante saber que o objetivo não é a consolidação perfeita, mas sim eliminar de forma consistente as transações e posições que tenham um efeito significativo nos saldos finais”*. Portanto, não se deve consumir tempo e recursos com pequenas transações que sejam difíceis de identificar.

Destaca-se ainda que para fins de envio das informações para a União via SICONFI, a própria Secretaria do Tesouro Nacional adotou pela Nota Técnica nº 4/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF a seguinte diretriz: quando não for possível identificar o nível de consolidação das transações (“Intra-OFSS”, “inter-OFSS-União”, “inter-OFSS-Estado” ou “inter-OFSS município”), os valores deverão ser informados nas contas do PCASP identificadas com nível consolidação (5º dígito) igual a 1, a fim de evitar a exclusão indevida de valores.

Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Contadora CRC-AM Nº 07984
Diretora

Jefferson de Oliveira Carlos
Contador CRC-AM Nº 09384
Gerente